

Edital PNUMA 09/2018

Projeto PNUMA nº 615.3 -

“Produção e consumos
sustentáveis”

Pesquisa em boas práticas de sustentabilidade para a gestão pública

Produtos 2 e 3. Boas práticas de
sustentabilidade

Consultor: Rafael Jó Girão

Contrato: ROLAC-BR-2018-07

Brasília, dezembro de 2018.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
INTRODUÇÃO	3
BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE.....	4
AGENDA AMBIENTAL EM OUTROS PAÍSES.....	5
a. América Latina Chile 1. Nome da iniciativa: Programa Nacional de Consumo e Produção Sustentável	5
b. América Latina Uruguai.....	6
c. África África do Sul.....	7
d. África Tunísia	8
e. Europa Alemanha	9
f. Europa Finlândia.....	10
g. Europa França	11
h. Europa Turquia.....	12
i. América do Norte Estados Unidos	13
j. Ásia Japão	13

INTRODUÇÃO

Pensando no fortalecimento da gestão ambiental municipal, a presente consultoria pretende realizar estudo que indique as melhores práticas em ações de sustentabilidade para a gestão municipal, com vistas a potencializar a institucionalização e implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) nos municípios brasileiros.

Ocorre que boa parte dos gestores municipais não tem acesso às informações necessárias à implementação de uma agenda como esta. As diversas capacitações ofertadas pela A3P ao longo dos anos foram importantes para a sensibilização e aprendizado dos gestores, mas não foram suficientes para atender às demandas específicas dos municípios, que são singulares, conforme a região geográfica, população, situação financeira, condições sociais, entre outros.

Desta forma, a presente consultoria pretende apresentar elementos que promovam o fortalecimento da gestão ambiental em municípios brasileiros. A partir dos seis eixos temáticos da A3P, o referido estudo apresentará sugestões de ações e iniciativas que podem ser implementadas pelas prefeituras e demais órgãos públicos municipais. O estudo apresentará também experiências de sucesso com a implementação destas ações e iniciativas de sustentabilidade. Essencialmente, irá apontar as boas práticas efetivadas no país, mas deve citar algumas efetivadas no exterior. Por fim, o estudo incluirá como referencial para o gestor municipal, listagem de instituições, ONGs, universidades, departamentos, entre outras que atuam com os temas apontados, além de bibliografia que deve incluir livros, revistas, jogos digitais, sites, perfis de redes sociais que são referência nos temas, infográficos, cinema e vídeos, entre outros.

O estudo será dirigido ao gestor municipal, orientando-o sobre como implementar um programa de sustentabilidade adequado ao local, com linguagem clara e objetiva.

Sendo assim, os presentes Produtos 2 e 3 trazem, em seu conteúdo, as iniciativas de sustentabilidade que as prefeituras podem implementar, a agenda ambiental em outros países, e a sistematização e análise das informações obtidas.

Importante mencionar que a fusão dos dois Produtos em um único arquivo, deve-se a estratégia de organização das informações e divulgação unificada das boas práticas com baixo custo/complexidade e de alto custo/complexidade no site e na cartilha digital.

BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Embasada pela metodologia apresentada no Produto 1 da presente consultoria, durante o mês de novembro de 2018, a chamada pública sobre boas práticas de sustentabilidade do Ministério do Meio Ambiente e ONU Meio Ambiente recebeu 293 (duzentas e noventa e três) inscrições de todo o país, de diversos tipos de instituições públicas e privadas, e para os 11 temas indicados.

Apesar do ótimo número de inscrições, a divisão das inscrições não foi homogênea e os temas gestão de resíduos sólidos e uso racional da água concentraram 177 inscrições. Sendo assim, foi necessária a classificação e das iniciativas utilizando os critérios de sustentabilidade sugeridos anteriormente.

Além disso, como estava prevista a divulgação de 20 boas práticas para cada tema, foi necessária a complementação da pesquisa por meio de consulta de fichas de inscrição do 6º e 7º Prêmio A3P e da busca de informações em outros sites e publicações que possuíam coletâneas de projetos exitosos nos últimos anos.

Para divulgação de todas as boas práticas de sustentabilidade e outras informações complementares aos prefeitos e outros gestores públicos foram elaborados um site hospedado no endereço eletrônico <http://a3p.eco.br/> e uma cartilha digital (anexada a este Produto) contendo destaques das iniciativas nos 11 temas.

AGENDA AMBIENTAL EM OUTROS PAÍSES

Para o levantamento sobre a agenda ambiental em outros países foram consultados artigos científicos, teses de pós-graduação e os sites de órgãos públicos nacionais, principalmente dos ministérios de meio ambiente.

A seguir são apresentadas as informações de cada país.

a. América Latina | Chile

1. Nome da iniciativa: Programa Nacional de Consumo e Produção Sustentável

2. Data de oficialização: 07/2016

2.1. Data de início de implantação: 11/2017

3. Órgão executor: Comitê de Consumo e Produção Sustentável, vinculado e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, mais especificamente à Divisão de Informação e Economia Ambiental

3.1. Sites: http://portal.mma.gob.cl/wp-content/uploads/2016/07/ccps_13072016_alta.pdf, <https://ccps.mma.gob.cl/> e <http://portal.mma.gob.cl/comite-de-consumo-y-produccion-sustentable/>

4. Principais parcerias: O Comitê é composto por representantes do Ministério de Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações, Agricultura, Economia, Desenvolvimento e Turismo, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Finanças, Saúde, Energia, Educação, Relações Exteriores, Desenvolvimento Social, Ativos Nacionais, Trabalho e Previdência Social, da Mulher e Equidade de Gênero, do Esporte e do Conselho de Produção Limpa.

Há também um Comitê Consultivo sobre Consumo e Produção Sustentável composto por representantes de: SOFOFA, CODELCO, Câmara de Construções do Chile, Supermercados do Chile AG, Federação de Empresas de Turismo do Chile, Centro de Embalagem e Embalagem do Chile, Fundação Chile, Associação. Ouishare, WWF, Associação Chilena de Comércio Justo, Universidade de Tarapacá, Pontifícia Universidade Católica do Chile, CUT e o Ministério do Meio Ambiente através de sua Divisão de Informação e Economia Ambiental.

5. Objetivos:

Geral: Ser um instrumento que contribua para a transição para padrões de consumo e produção mais sustentável, gerando um desacoplamento do crescimento e desenvolvimento do país de degradação do meio ambiente.

Específicos: 1. Coordenar e alinhar os esforços dos setores público e privado para promover padrões de consumo e produção sustentáveis no país; 2. Integrar consumo e produção sustentáveis em políticas, planos, programas e estratégias do setor público; 3. Promover uma análise detalhada dos impactos sociais, ambientais e econômicos a geração de informação e a gestão de produtos e serviços ao longo do seu ciclo de vida; 4. Promover o crescimento verde para o Chile, promovendo setores estratégicos e tecnologias limpas; 5. Contribuir para o cumprimento dos compromissos internacionais de consumo e produção sustentável.

6. Principais temas de atuação:

a. Construções sustentáveis; b. Sustentabilidade no setor público; c. Informações ao consumidor; d. Indústria responsável; e. Turismo sustentável; f. Cidades sustentáveis+transporte; g. Sistemas alimentares sustentáveis; h. Estilos de vida sustentáveis e educação.

7. Público-alvo: Setor público e privado, e sociedade em geral

8. Orçamento anual e principais rubricas: Recurso do governo federal

8.1. Origem do orçamento: Ministério do Meio Ambiente

9. Principais desafios: Pelo programa ser novo, não foi encontrado um documento avaliando a implementação do Programa e de seu respectivo Plano de Ação.

10. Principais resultados:

a. Elaboração do Plano de Ação Nacional de Consumo e Produção Sustentáveis 2017-2022: <https://ccps.mma.gob.cl/wp-content/uploads/2018/04/Plan-Nacional-de-Accion-CPS-2017-2022.pdf>;

b. Elaboração da Agenda de Produção Limpa 2015-2018: <http://www.cpl.cl/AgendaProduccionLimpia/>

c. Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico Sustentável: <https://drive.google.com/file/d/0B9BF8oKRqoWWSlibmF4Vm1EcIE/view>

b. América Latina | Uruguai

1. Nome da iniciativa: Plano Ambiental Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

2. Data de oficialização: 06/2016

2.1. Data de início de implantação: em elaboração

3. Órgão executor: Ministério da Habitação, Ordenamento do Território e Meio Ambiente

3.1. Site: <http://www.mvotma.gub.uy/planambiental>

4. Principais parcerias: Gabinete Nacional do Ambiente (GNA) da Presidência da República; todos os órgãos vinculados diretamente ao Sistema Nacional de Meio Ambiente; Centro Universitario Regional Este (CURE) - Universidad de la República (UdelaR).

5. Objetivos:

1. Gerar um compromisso do país que garanta a proteção do meio ambiente e o acesso equitativo aos bens e serviços ambientais para as gerações atuais e futuras, com ênfase nas populações mais vulneráveis.

2. Gerar um relacionamento com o meio ambiente baseado no respeito à natureza, que conserva a biodiversidade e garante a resiliência dos sistemas ambientais.

3. Promover ativamente o desenvolvimento de modelos e práticas de produção e consumo ambientalmente sustentáveis e incorporar a dimensão ambiental nas atividades socioeconômicas atuais e futuras.

4. Fortalecer, consolidar e articular as capacidades institucionais e de cidadania para a gestão e proteção dos sistemas ambientais.

6. Principais temas de atuação:

1. Um ambiente saudável para uma boa qualidade de vida

2. Atividades econômicas e produtivas sustentáveis (com destaque para o item “Desenvolver padrões de consumo e modelos de serviço sustentável” que se desdobra em: a. consumo responsável; b. uso responsável da água; c. eficiência energética; d. mobilidade sustentável; e. compras públicas sustentáveis.)

3. Gestão e cidadania ambiental.

7. Público-alvo: setor público e privado, e sociedade em geral

8. Orçamento anual e principais rubricas: Recurso do governo federal

8.1. Origem do orçamento: Ministério da Habitação, Ordenamento do Território e Meio Ambiente

9. Principais desafios: A discussão, o diálogo e a apropriação das ações por parte dos diferentes setores da sociedade (e pela população em geral) será fundamental para que o Plano não permaneça no papel.

10. Principais resultados:

O principal resultado no momento é o amplo processo participativo para elaboração do Plano Ambiental Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, com a realização de encontros presenciais “Diálogos no Território” para receber contribuições de organizações da sociedade civil, comunidade educacional, governos departamentais, municípios, atores privados, governo nacional e cidadãos; diversas reuniões das entidades que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente; o recebimento de contribuições de mais de 150 técnicos; e a recém finalizada consulta pública eletrônica.

c. África | África do Sul

1. Nome da iniciativa: Acordo pela Economia Verde

2. Data de oficialização: 11/2011

2.1. Data de início de implantação: 11/2011

3. Órgão executor: Departamento de Desenvolvimento Econômico

3.1. Sites: <https://www.environment.gov.za/>,

<https://www.greenecologycoalition.org/national-hubs/south-africa>,

<https://www.sagreenfund.org.za/wordpress/>

4. Principais parcerias: Organizações trabalhistas (COSATU, FEDUSA e NACTU); setor privado (Business UnitySA, NAFCOC e FABCOS); representantes de organizações comunitárias (NEDLAC); Departamentos de Energia; de Água e Assuntos Ambientais); de Agricultura, Silvicultura e Pescas); de Transporte; de Ensino Superior e Formação); de Comércio e Indústria; de Empresas Públicas; de Obras Públicas; de Desenvolvimento Rural e Terras; de Energia.

5. Objetivos: Criar empregos em escala e vinculado às preocupações com as mudanças climáticas, através de uma parceria para promover a economia verde e processos para tornar a economia mais verde.

6. Principais temas de atuação: Uso de aquecedores solares de água, investimentos em economia verde, uso de energias renováveis e eficiência energética, gestão de resíduos sólidos, biocombustíveis, geração de emprego e renda.

7. Público-alvo: setores público e privado, e sociedade em geral.

8. Orçamento anual e principais rubricas: Recurso do governo federal

8.1. Origem do orçamento: Departamento de Desenvolvimento Econômico

9. Principais desafios: não encontrado

10. Principais resultados: Está em desenvolvimento de um Quadro Nacional para Indicadores de Economia Verde, mas já é possível mencionar a criação do Fundo Verde, que financia projetos nas áreas de transporte sustentável, gestão sustentável de resíduos e reciclagem, energia renovável, gestão sustentável da água, eficiência energética, assentamentos humanos sustentáveis e serviços de ecossistemas. Além disso, o Governo da África do Sul se engajou em 2 novas parcerias para fortalecer sua atuação neste tema (Green Economy Coalition; Partnership for Action on Green Economy - PAGE).

d. África | Tunísia

1. Nome da iniciativa: Centro Internacional para Tecnologias Ambientais de Tunis (CITET)

2. Data de oficialização: 1996 (Lei nº 96-25 de 25/03/1996)

2.1. Data de início de implantação: 02/2018 e em planejamento

3. Órgão executor: sob a supervisão do Ministério de Assuntos Locais e Meio Ambiente

3.1. Sites: <http://www.citet.nat.tn>

4. Principais parcerias: órgãos de cooperação internacional

5. Objetivos:

a. Adaptação, transferência e inovação de tecnologias ambientais e promoção de tecnologias limpas.

b. Assistência técnica às empresas para um upgrade ambiental.

c. Formação e fortalecimento de capacidades humanas e institucionais no campo da proteção ambiental.

d. Análise e avaliação ambiental de acordo com padrões nacionais e internacionais.

e. Divulgação de informação ambiental através de uma vasta gama de ferramentas.

f. Promoção da cooperação regional e internacional.

6. Principais temas de atuação: a. Transição ambiental (rótulo ecológico, produção limpa, tratamento de águas residuais industriais, análise de ciclo de vida, pegada de carbono, Hotel Sustentável); b. Inovação tecnológica (incubadora de empresas, redes tecnológicas, tecnologias inovadoras, economia verde).

7. Público-alvo: setores público e privado

8. Orçamento anual e principais rubricas: orçamento médio de 8 milhões de dinares por ano

8.1. Origem do orçamento: 60% do recurso são fornecidos por cooperação internacional, e 40% do Ministério de Assuntos Locais e Meio Ambiente

9. Principais desafios: dificuldade com a tradução – relatórios somente em árabe

10. Principais resultados: dificuldade com a tradução – relatórios somente em árabe

e. Europa | Alemanha

1. Nome da iniciativa: Programa Nacional de Consumo Sustentável

2. Data de oficialização: 02/2016

2.1. Data de início de implantação: 02/2016

3. Órgão executor: Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear

3.1. Sites: <https://www.bmu.de/en/topics/economy-products-resources-tourism/products-and-consumption/products-and-environment-what-is-it-all-about/>,
<https://www.bmu.de/en/publication/national-programme-on-sustainable-consumption-1/>,
<https://www.umweltbundesamt.de/en/economy-environment>

4. Principais parcerias: Agência Alemã do Ambiente (UBA), Ministério Federal da Justiça e Defesa do Consumidor; Ministério Federal da Alimentação e Agricultura

5. Objetivos: Transformar o consumo sustentável de um nicho em um conceito convencional e aumentar a conscientização dos consumidores quanto aos padrões de consumo, garantindo, ao mesmo tempo, que todos os grupos da população estejam envolvidos no consumo sustentável.

6. Principais temas de atuação: mobilidade, alimentação, habitação, escritório e trabalho, vestuário, turismo e lazer.

7. Público-alvo: setores públicos, privados e sociedade em geral.

8. Orçamento anual e principais rubricas: não identificado

8.1. Origem do orçamento: Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear

9. Principais desafios: elaborar um conjunto de indicadores para avaliar o progresso do Programa de forma transparente

10. Principais resultados: Realização de um estudo que analisou estratégias de economia verde em todo o mundo em 19 países e regiões, e que recebeu o nome de “Transição para uma economia verde: mudanças estruturais necessárias e condições para sua implementação bem-sucedida na Alemanha”. E o fortalecimento e ampliação da gama de produtos do [Selo Ambiental “Blue Angel”](#).

f. Europa | Finlândia

1. Nome da iniciativa: Estratégia prioritária “Bioeconomia e soluções limpas”

2. Data de oficialização: 2017

2.1. Data de início de implantação: 2017

3. Órgão executor: Secretaria de Trabalho Governamental Estratégico

3.1. Sites: <https://valtioneuvosto.fi/en/implementation-of-the-government-programme>,
<http://julkaisut.valtioneuvosto.fi/handle/10024/160985>

4. Principais parcerias: Ministério da Agricultura e Florestas; Ministério da Habitação, Energia e Meio Ambiente; Ministério dos Assuntos Sociais e da Saúde; Ministério do Emprego; Ministério do Interior; Ministro do Comércio Exterior e Desenvolvimento.

5. Objetivos:

Geral: Tornar a Finlândia pioneira em economias bio e circular, e nas tecnologias limpas. Ao desenvolver, introduzir e exportar soluções sustentáveis, melhorar a balança comercial, aumentar a autossuficiência, criar novos empregos, alcançar os objetivos climáticos e um bom estado ecológico no mar Báltico.

Específicos: a. Substituir os combustíveis fósseis importados por energia doméstica limpa e renovável; b. Crescimento das empresas de tecnologia limpa, aumento do uso sustentável de recursos naturais, empresas rurais pluriativas e uma economia circular eficiente que contribua para a criação de novos empregos sem comprometer a proteção ambiental; c. Diminuir os impactos negativos da administração pública; d. Aprimoramento da lucratividade da produção alimentícia, aumentando a balança comercial em 500 milhões de euros.

6. Principais temas de atuação:

- a. Rumo a energia zero carbono, limpa e renovável com bom custo-benefício
- b. Madeira e novos produtos das florestas
- c. Avanço para uma economia circular e adoção de soluções limpas
- d. Produção de alimentos economicamente viável na Finlândia, comércio equilibrado e bioeconomia azul próspera
- e. Política da natureza baseada na confiança e nos meios justos

7. Público-alvo: setores público e privado, e sociedade em geral

8. Orçamento anual e principais rubricas: 300 milhões de euros

8.1. Origem do orçamento: Secretaria de Trabalho Governamental Estratégico

9. Principais desafios: não encontrado

10. Principais resultados:

- Atualização de lei relativa à promoção do uso de biocombustíveis nos transportes;
- Descontos e subsídios para compra de carros elétricos e para a conversão de carros para gás ou etanol, em vigor desde o início de 2018;
- Programa de construção de madeira 2016–2018, novos decretos de construção;
- Novos investimentos em bioeconomia;

- Roteiro nacional para a economia circular em setembro de 2016 e um plano de ação que complementa em novembro de 2017;
- Atualização do programa nacional de eficiência de material concluído em janeiro de 2018;
- Proposta do governo para restringir a responsabilidade do município que passariam a gerir somente os resíduos domésticos;
- Da Reciclagem para uma Economia Circular - Plano Nacional de Resíduos para 2023;
- Um centro de excelência para compras sustentáveis e inovadoras foi estabelecido em 1 de Março de 2018.

g. Europa | França

1. Nome da iniciativa: Estratégia de Transição para o Desenvolvimento Sustentável

2. Data de oficialização: 02/2015

2.1. Data de início de implantação: 02/2015

3. Órgão executor: Ministério da Transição Ecológica e Solidária

3.1. Sites: <https://www.ecologique-solidaire.gouv.fr/strategie-nationale-transition-ecologique-vers-developpement-durable-2015-2020>

4. Principais parcerias: Conselho Nacional de Transição Ecológica; Gabinete do Comissário Geral para o Desenvolvimento Sustentável

5. Objetivos: Definir o rumo para o desenvolvimento sustentável, garantindo a coerência da ação pública e facilitando a apropriação das soluções apresentadas pelo maior número de atores.

6. Principais temas de atuação:

Pilar 1 - Definir uma visão para 2020

EIXO 1: Desenvolver territórios sustentáveis e resilientes

EIXO 2: Envolver-se em uma economia de baixo carbono

EIXO 3: Prevenir e reduzir as desigualdades ambientais, sociais e territoriais

Pilar 2 - Transformar o modelo econômico e social para o crescimento verde

EIXO 4: Inventando novos modelos econômicos e financeiros

EIXO 5: Apoiar a transformação ecológica das atividades econômicas

EIXO 6: Orientar a produção de conhecimento, pesquisa e inovação para transição ecológica

Pilar 3 - Promover a apropriação da transição ecológica por todos

EIXO 7: Educar, treinar e conscientizar para a transição e o desenvolvimento ecológico durável

EIXO 8: Mobilizar atores em todas as escalas

EIXO 9: Promoção do desenvolvimento sustentável a nível europeu e internacional

7. Público-alvo: setor público

8. Orçamento anual e principais rubricas: não encontrado

8.1. Origem do orçamento: Ministério da Transição Ecológica e Solidária

9. Principais desafios: A implementação da transição ainda precisa provar sua operacionalidade e capacidade de criar e ampliar as inovações setoriais. Finalmente, há a questão de integrar esta abordagem num quadro internacional sempre muito focado no desenvolvimento sustentável.

Se a transição ecológica e solidária conseguir evitar estas armadilhas e resolver as questões pendentes da desenvolvimento sustentável, poderia então ser uma oportunidade construir coletivamente um novo acordo de parceria, verdadeiramente equitativo e respeitoso do meio ambiente.

10. Principais resultados: Em outubro de 2006, criação do clube de desenvolvimento sustentável composto por mais de 70 instituições e empresas associados para promover o pensamento estratégico e a implementação do desenvolvimento sustentável em organizações públicas. Sua ação enquadra-se no quadro de autoridades públicas exemplares. Contribui para tornar o desenvolvimento sustentável o objetivo compartilhado e estruturante das estratégias, políticas e ações dos órgãos públicos. Mais informações e documentos produzidos estão disponíveis no site <https://www.ecologique-solidaire.gouv.fr/club-developpement-durable-des-etablissements-et-entreprises-publics>

h. Europa | Turquia

1. Nome da iniciativa: Lixo Zero e Sistema de Etiqueta Ambiental

2. Data de oficialização: 02/2018 e 10/2018

2.1. Data de início de implantação: 02/2018 e em planejamento

3. Órgão executor: Ministério de Meio Ambiente e Urbanismo

3.1. Sites: <https://www.csb.gov.tr/>, <http://sifiratik.gov.tr/>, <http://csb.gov.tr/cevre-etiket-i-donemi-basladi-bakanlik-faaliyetleri-25325>

4. Principais parcerias: em articulação

5. Objetivos:

Lixo Zero: evitar o desperdício, promover a redução dos resíduos, promover reciclagem de resíduos, e implementar sistemas de coleta mais eficiente e eficazes.

Sistema de Etiqueta Ambiental: reduzir os efeitos negativos de um produto ou serviço no ambiente, na saúde humana, no clima e na vida natural em todos os processos, desde o estágio de produção até o final de sua vida útil.

6. Principais temas de atuação: gestão de resíduos e produção e consumo sustentável

7. Público-alvo: setores público, privado e sociedade em geral

8. Orçamento anual e principais rubricas: Recurso do governo federal

8.1. Origem do orçamento: Ministério do Meio Ambiente e Urbanismo

9. Principais desafios: não disponível

10. Principais resultados: não disponível

i. América do Norte | Estados Unidos

1. Nome da iniciativa: Operações federais eficientes (Efficient Federal Operations)

2. Data de oficialização: 05/2018

2.1. Data de início de implantação: 05/2018 (versão atual), mas já existe desde 1993

3. Órgão executor: Escritório de Sustentabilidade Federal

3.1. Sites: <https://www.sustainability.gov/>

4. Principais parcerias: Conselho de Qualidade Ambiental (CEQ) do Gabinete Executivo do Presidente

5. Objetivos: O Escritório trabalha através de agências federais, departamentos e outros componentes da Casa Branca para garantir a implementação efetiva e a conquista de requisitos estatutários e metas de administração relacionadas ao desempenho energético e ambiental federal.

6. Principais temas de atuação: Gerenciamento de instalações, energia e água; gestão de frota; produtos e tecnologias; compras públicas; gestão de resíduos.

7. Público-alvo: setor público

8. Orçamento anual e principais rubricas: não encontrado

8.1. Origem do orçamento: Conselho de Qualidade Ambiental (CEQ) do Gabinete Executivo do Presidente

9. Principais desafios: não encontrado

10. Principais resultados:

- Gestão de mais de 350.000 edifícios e 600.000 veículos;
- Redução do uso de energia de edifício por metro quadrado em mais de 7% de 2015 a 2017;
- Redução do consumo de água potável em mais de 25% desde 2007;
- Uso de energia renovável para suprir mais de 10% das necessidades de energia de instalações públicas;
- Duplicação do uso de combustíveis alternativos desde 2005.

j. Ásia | Japão

1. Nome da iniciativa: 5º Plano Ambiental Básico

2. Data de oficialização: 04/2018

2.1. Data de início de implantação: 04/2018

3. Órgão executor: Ministério do Meio Ambiente

3.1. Sites: http://www.env.go.jp/en/policy/plan/5th_basic/plan.pdf,
<http://www.env.go.jp/en/policy/index.html>

4. Principais parcerias: Central Environment Council

5. Objetivos: Encontrar soluções sustentáveis para os desafios ambientais, econômicos e sociais que o Japão enfrenta e que estejam alinhadas as demandas internacionais vinculadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU e ao Acordo de Paris.

6. Principais temas de atuação:

1. Formulação de um sistema econômico verde para a implementação de produção e consumo sustentável
2. Melhoria do valor da terra nacional
3. Desenvolvimento comunitário sustentável usando recursos locais
4. Estímulo a uma vida saudável e próspera
5. Desenvolvimento e disseminação de tecnologias de apoio à sustentabilidade
6. Demonstração da liderança do Japão através de contribuições internacionais e construção de parcerias estratégicas

7. Público-alvo: setores público e privado, e sociedade em geral

8. Orçamento anual e principais rubricas: não encontrado

8.1. Origem do orçamento: Ministério do Meio Ambiente

9. Principais desafios: Identificar e aprimorar os indicadores para que reflitam com precisão a direção do Plano e correspondam adequadamente ao estado do meio ambiente, economia e sociedade.

10. Principais resultados: serão divulgados somente em 2019.

Desta forma, este consultor apresenta os Produto 2 e 3. Boas práticas de sustentabilidade, vinculado ao Edital PNUMA 09/2018 - Projeto PNUMA nº 615.3 - "Produção e consumos sustentáveis" - para avaliação e aprovação.



Rafael Jó Girão
Gestor Ambiental - Consultor